

# HISTORIOGRAFIA MISSIONEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DOS OLHARES ESTRANGEIROS

LUIZ HENRIQUE TORRES\*

## RESUMO

Frente à lacuna de publicações existente na historiografia do Rio Grande do Sul no século XIX, o testemunho dos viajantes europeus foi largamente utilizado por intelectuais da segunda metade daquele século como fonte para o estudo da História da Capitania/Província do Rio Grande. Muitas interpretações desenvolvidas por esses cronistas foram incorporadas por intelectuais rio-grandenses sem uma perspectiva que considerasse a ausência do recurso ao documental e a não explicitação dos fundamentos metodológicos no campo do conhecimento histórico. Entre a grande diversidade de temáticas por eles abordada, o recorte que será desenvolvido refere-se às interpretações a respeito das Missões Jesuítico-Guaranis no Rio Grande Sul, especialmente da participação dos padres jesuítas e do lugar civilizatório dos guaranis frente ao processo histórico missioneiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia missioneira. Cronistas estrangeiros. Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

Against the existing gap in the historiography of Rio Grande do Sul in the 19<sup>th</sup> century, European travelers' testimonies have been widely used by intellectuals of the second half of that century as a source for studying the history of the Captaincy/Province of Rio Grande. Many interpretations developed by these chroniclers were incorporated by intellectuals in Rio Grande without a perspective to consider the absence of recourse to documentary sources and the lack of explanation of the methodological foundations in the field of historical knowledge. Among the great diversity of topics addressed by them, this study focuses on interpretations about the Jesuit-Guarani Missions in Rio Grande do Sul, especially the participation of Jesuit priests and the civilizing place of Guarani considering the missionary historical process.

**KEYWORDS:** Missionary historiography. Foreign chroniclers. Rio Grande do Sul.

A experiência histórica missioneira foi analisada com diferentes olhares e perspectivas desde o século XVIII, dos documentos oficiais

---

\* Professor do ICHI – FURG; Doutor em História – PUCRS.

jesuíticos, passando pela documentação luso-brasileira e espanhola. Literatos, historiadores e cronistas deixaram relatos relevantes para a compreensão daquele processo e para o exercício intelectual de análise dessas fontes no presente (KERN, 1982). Os estudos voltados à construção histórico-intelectual daquele processo, a historiografia, possuem um amplo manancial de livros e artigos que abordaram multifacetadamente as Missões Jesuítico-Guaranis no Rio Grande do Sul. Ao sistematizar essas abordagens, uma produção intelectual que não está diretamente vinculada aos escritos históricos deve ser considerada, devido à influência que teve em obras posteriores à sua publicação e ao restrito número de trabalhos disponíveis ao longo do século XIX sobre assuntos relacionados à história do Rio Grande do Sul ou temas afins<sup>1</sup>. Nesses estudos, realizados por cronistas estrangeiros em passagem ou radicados no Brasil, não se observa uma pesquisa histórica sistemática, e sim a preocupação em descrever a geografia e, posteriormente, estabelecer algumas considerações sobre usos, costumes e personalidade da população regional. Está presente o caráter de testemunho ocular dos acontecimentos vivenciados, demonstrando uma forte presença subjetiva nos escritos – apesar da preocupação em estabelecer um discurso científico que os legitime perante os leitores. Exatamente a condição de participante e as impressões subjetivas baseadas no resgate oral e nas observações espontâneas possibilitam, no presente, uma releitura que redimensione aquelas impressões por meio da contextualização do processo histórico regional.

Neste artigo, será feita uma leitura dos escritos de três autores que expressaram opiniões sobre o processo histórico-missionário na então Província do Rio Grande de São Pedro:

---

<sup>1</sup> Augusto Meyer, ao fazer a apresentação do livro de Nicolau Dreys, estabelece uma retrospectiva do que existia publicado até o ano de lançamento de *Notícia Descritiva: "Que havia até então, 1839, como estudo de conjunto, sobre a Capitania e agora Província de São Pedro? Achavam-se publicados, a contar de 1822, os Anais da Província de São Pedro e as Memórias Economo-Políticas, de Gonçalves Chaves. Por feliz coincidência, naquele mesmo ano de 1839, aparece na Tipografia Casimir, em Paris, a segunda edição dos Anais do Visconde de São Leopoldo. Da contribuição dos viajantes, devemos destacar a obra de Arsène Isabelle, publicada em 1835; e mal cabe uma referência a Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil, de John Luccock, ao magro capítulo de John Mawe e ao Aperçu d'un Voyage dans l'intérieur du Brésil, la province Cisplatine et les missions dites du Paraguay, de Saint-Hilaire, na separata do Muséum d'Histoire Naturelle, com algumas páginas dedicadas ao Rio Grande do Sul. Também a publicação dos Anais havia sugerido a Saint-Hilaire um comentário sobre a obra do Visconde, raríssimo folheto de vinte e duas páginas, sem qualquer indicação de data, mas provavelmente de 1824 (...)." (MEYER, 1961: 10).*

Nicolau Dreys, Robert Ave-Lallemant e Joseph Hörmeyer.

Em 1839, o comerciante francês Nicolau Dreys publicou no Rio de Janeiro o livro *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, considerado, pelo próprio autor, como parte de uma obra bem maior, que descrevia observações de sua longa estada no Brasil meridional e que ficara inédita devido aos altos custos tipográficos. Esse escrito é de considerável importância, pois traça um quadro descritivo, rico em informações, do Rio Grande do Sul à época da formação do Estado nacional brasileiro e da fomentação revolucionária que resultou na Guerra Civil de 1835. Dreys permaneceu dez anos na Província, aproximadamente entre 1818 e 1828, boa parte desse tempo na Vila do Rio Grande. Emigrado político, serviu no seu país natal como militar e funcionário público; “em 1815 a denominada Santa Aliança provocou o exílio dos bonapartistas, que procuraram abrigo em outros países” (FLORES, 1990: 9), como Dreys, que veio para o Brasil com a família em 1817. Ficou pouco tempo no Rio de Janeiro, de onde se deslocou para o Rio Grande do Sul. “O fato de haver sido militar em seu país teria facilitado o ingresso nas forças rio-grandenses que (...) combatiam as tropas de Artigas, na fronteira do Uruguai” (BARRETO, 1973: 453), porém Dreys dedicou-se basicamente ao comércio.

Nicolau Dreys lançou seu livro durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) aproveitando o interesse despertado no centro do país pela Província, e tornou-se fonte de consulta por ser o único livro desses cronistas que estava disponível em Língua Portuguesa ainda no século XIX. O livro foi organizado em três capítulos, tratando, respectivamente, da topografia física, topografia política (com descrição das cidades e da zona missioneira) e população. Ele considerava que, antes de tratar do tipo humano da Província, era necessário entender a formação física do Rio Grande do Sul, já que o homem derivaria do meio geográfico que lhe define as possibilidades de sobrevivência. O determinismo geográfico difundiu-se na historiografia rio-grandense até o final do século passado, e Dreys foi um dos primeiros a usar esse tipo de recurso à monocausalidade geográfica para explicar o caráter e o progresso possível dos habitantes: “A natureza, querendo conceber a Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul a magnificência das regiões equatoriais e a graça das zonas temperadas, conformou sua configuração geológica com os benefícios que lhe reservara” (DREYS, 1839: 1). Dreys criticou Arsène Isabelle, chamando-o de “caricaturista que elaborou historietas e não conhecimento”, e

propondo que uma primeira observação devia ser revista e rescrita antes de ser publicada. Isso confirma a posição do autor em elaborar um trabalho científico e também a perda da espontaneidade das observações oculares.

A iniciativa em revisar os escritos e medir as palavras, não entrando em polêmicas ou assumindo posicionamentos é perceptível ao longo do livro, afinal o autor não cruzou pela Província como um viajante e sim nela radicou-se. Porém, uma série de comentários sobre as Missões feitos no capítulo “Topografia política” possibilitam uma leitura das ideias que Dreys difundiu sobre esse assunto, inclusive ideias errôneas que seriam repetidas em outros livros, como: “S. Nicolau, antiga metrópole dos estabelecimentos jesuíticos sobre as duas margens do Uruguai” ou “os tapes faziam parte da Confederação dos guaranis” (DREYS, 1839:101-183). As Missões não tinham uma metrópole ou capital como sugere o autor, assim como não há documentação sobre uma “confederação dos guaranis”. Segundo Dreys, a decadência missioneira estava relacionada à expulsão dos padres e à presença de caudilhos platinos como Artigas; não fossem esses acontecimentos e devido à índole dos guaranis – “nação branda, dócil e sofredora, sem todavia ser estrangeira ao préstimo militar”, dotada de “braços laboriosos e animados” (DREYS, 1839: 104) –, a região estaria em franco desenvolvimento e paz:

A geração que ocupa atualmente o território das Missões está longe e esquecida dos costumes vagabundos de seus pais; aceita de boa fé as maneiras e as obrigações da vida sedentária, e pertence hoje, por hábito e convicção, à comunidade dos homens civilizados, especialmente depois da emancipação do Brasil e do estabelecimento de instituições liberais, em seguimento das quais ela se acha admitida na grande família brasileira, com igualdade de administração e direitos (DREYS, 1839:185).

Os guaranis eram descritos de maneira simpática, ao contrário das impressões pejorativas de Auguste de Saint-Hilaire em seu livro *Viagem ao Rio Grande do Sul*. É o caso da visão a respeito das mulheres, que seriam dotadas de uma “beleza característica do selvagem do novo mundo”, enquanto nos homens “a moral participa da nitidez física, pois os crimes são raros entre esses homens ainda pouco afastados da natureza”. Somente um vício foi ressaltado, que era o da embriaguez, cujos culpados não seriam os guaranis e sim “os negociantes da raça branca que trazem, à vista dos índios, o líquido tentador e a provocação a usar dele para satisfazerem sua

cobiça” (DREYS, 1839: 103). A ingenuidade do indígena e o contato com brancos interessados em explorá-los provocara a decadência missioneira após a expulsão dos padres. Foram os jesuítas que, ao cristianizar os índios, deram-lhes uma alternativa de civilização:

(...) a lembrança dos padres da Companhia se encontra a cada passo nessa terra outrora conquistada por eles à civilização, e longe está de se extinguir no coração dos índios; quando esse nome se pronuncia perante eles, sempre é saudado com expressões de reconhecimento e esperança. (...) Não pretendemos enfraquecer a acusação que lhes fazem seus antagonistas; não duvidamos que tivessem havido muitas boas razões para se prescreverem esses religiosos, como antecederamente o tinham sido os templários, pois que são tão vitoriosas as razões do mais forte! Contudo, devemos confessar que achamos uma grande eloquência de refutação nas lágrimas de recordação do pobre selvagem (DREYS, 1839: 106-8).

Provavelmente foi nesse livro que pela primeira vez foi transcrita uma frase favorável aos jesuítas de autoria de Graham publicada em *Journal of a Voyage to Brazil*, em 1824, e que se tornou um lugar-comum para citações: “Não sei que mal fizeram os jesuítas na Europa, mas estou convencido de que sempre na América fizeram algum bem...” (DREYS, 1839: 107). Para ele, os padres da Companhia de Jesus conduziram os guaranis “à civilização pela comunicação dos dogmas do cristianismo”, sendo “os cuidados desses ativos missionários foram coroados de tantos sucessos”. Com a partida dos jesuítas, “essa grande agregação, formada por suas exortações e mantida pela confiança que souberam inspirar aos indígenas, dissolveu-se repentinamente” (DREYS, 1839: 184). Não são abordados fatores históricos relativos ao confronto luso-espanhol ou ao Tratado de Madri, ficando os comentários ao nível do emocional que vinculavam as Missões enquanto alternativa civilizatória às “fadigas da vida selvagem”. A lembrança positiva que ficou dos jesuítas na população indígena remanescente estava ligada à perda de rumo com a expulsão dos guias espirituais e materiais. O autor lançava posições contraditórias, pois de um lado resgatou o saudosismo dos guaranis pelos jesuítas e a falta de sentido frente à sociedade dos brancos; outra posição foi de que os guaranis aceitaram de boa fé as maneiras e as obrigações da vida sedentária, pertencendo à “comunidade dos homens civilizados e admitidos na grande família brasileira”. Apesar das preocupações de Dreyes em estabelecer um estudo objetivo e livre de engajamentos, a tentativa de conciliar a

ingenuidade dos guaranis, o esforço cristianizador dos padres, a inserção à comunidade brasileira e lançar críticas aos comerciantes inescrupulosos, não foram explicitados dados mais seguros para se entender a situação dos guaranis. Nas considerações finais sobre a região missioneira, o autor reforçou o papel civilizatório desempenhado pelos jesuítas:

Quando, no meio dessa população dócil, a reflexão se dirige sobre os precedentes, quem recusará partilhar nossa opinião e dizer conosco que a supressão das Missões feriu de golpe mortal a civilização dos indígenas e a fez recuar de alguns séculos? Gradualmente as conquistas da religião e da domesticidade iam se estendendo: os índios, seduzidos pelo exemplo dos que iam adiante, vinham por si mesmos apresentar sua cabeça a jugo; um futuro lisonjeiro se levantava para o continente americano e deixa ver a ordem política abraçando sucessivamente todos os povos errantes no interior do novo mundo: alguns homens de menos e o progresso parou, seus antagonistas não souberam nem continuar, nem suprir sua obra: os índios desconfiados, privados dos guias de sua eleição no caminho incógnito em que estavam lançados, desviaram-se e procuraram novos destinos; e, como já o temos dito, aqueles que por sua posição ou seus gostos, não se incorporaram ali mesmo a sociedades mais felizes, extinguíram, na solidão e na incúria da vida selvagem a que voltaram, as luzes que tinham recebido (DREYS, 1839: 185-6).

Em Nicolau Dreys, o progresso está vinculado aos jesuítas e as Missões estão associadas à civilização e à “realização das luzes”, numa narrativa que escamoteia os fatores que levaram à desintegração missioneira.

Outro cronista estrangeiro que inseriu as Missões em sua narrativa foi Robert Christian Berthold Avé-Lallemant (1812-1884), autor de *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul*<sup>2</sup>, publicado na Alemanha em 1859. Médico alemão, residiu no Brasil por cerca de vinte anos e visitou o Rio Grande do Sul em 1858. Suas descrições da paisagem, fauna, flora, economia, vida social e usos e costumes da população estavam relacionadas a um objetivo maior, que era o de divulgar, na Europa, os avanços e perspectivas da colonização alemã.

A espontaneidade caracterizava os relatos de Avé-Lallemant, que não se considerava um naturalista profissional: “Escrevi estas páginas debaixo de árvores, em choças, entre europeus, negros, índios e mestiços, às vezes em cômoda situação de vida, às vezes

---

<sup>2</sup> A primeira edição alemã, *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*, foi publicada em Leipzig em 1859.

constrangido às duras privações, sem teto, sem cama, sem comida e sem bebida” (AVÉ-LALLEMANT, 1980:2). Voltado à publicação de um livro que divulgasse as condições da Província para a vinda de imigrantes alemães, Avé-Lallemant percorreu as principais cidades, a zona colonial e também a região missioneira.

Em visita a Rio Pardo, esteve na aldeia de São Nicolau, local que desde 1757 agregou índios egressos das Missões e que na década de 1850 estava em decadência. O médico alemão encontrou alguns índios que foram descritos como “criaturas bem formadas e causam, entretanto, uma impressão infinitamente lastimosa. Quando crianças, acocoram-se seminuas, em volta do fogo; quando rapazes crescidos, apanham alguma caça; quando homens, são mandriões, pois estão no fim da existência, quando o trabalho começa”. Portanto, “são indubitavelmente seres humanos provisórios”. Para o autor, a aldeia de São Nicolau não passava de um estabelecimento “para esses retardados, onde lentamente, preguiçosamente vegetam sua vida de lêmures sem nada fazer, nada pensar, nada sentir” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 168-9). Entre a presença do indígena e a do colono alemão, a mudança é total:

E apenas a cinco milhas adiante, que diferença! Ali ressoa o machado na floresta, ali o fogo da lavoura corrói matas até então indômitas: de novo a coragem alemã, a diligência alemã, músculos alemães iniciaram aqui a luta contra as brenhas (...) Santa Cruz se chama a colônia situada na serra, a sete léguas de distância de Rio Pardo (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 169).

O discurso que pressupunha a superioridade dos alemães foi o referencial que conduziu às observações que não se prendiam, como em Saint-Hilaire, à inferioridade do indígena em relação ao europeu, pois Avé-Lallemant foi mais específico: eram os alemães que estavam no centro do processo. Da passagem pela região missioneira, ficaram interessantes relatos sobre o abandono espiritual da população, referente à presença de comerciantes alemães e à presença de indígenas: “E num desses rostos guaranis acha-se toda a história da raça que está desaparecendo. Outrora os jesuítas reuniram esses índios e cristianizaram homens que só existiam para a floresta provisória, para o campo provisório”. O cristianismo não trouxera aos índios “alegria para a vida, mas consolação para a morte”. E ironizava: “o povo foi levado até a dor de uma sexta-feira da Paixão, porém não ao júbilo entusiasta de uma manhã de Páscoa” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 242).

Quando a América do Sul foi descoberta e no decurso dos

decênios seguintes parecia oferecer espaço a quaisquer empreendimentos, os piedosos padres da Companhia de Jesus também subiram o Uruguai e o Paraná e às margens desses dois rios, acima de 29 graus de latitude meridional – entre os guaranis, então muito numerosos e que falavam uma língua muito subdividida, e outros índios – fundaram a pouco e pouco as suas poderosas Missões, cujos sólidos edifícios logo se tornaram castelos-fortes eclesiásticos e como tais permaneceram até que desabaram juntamente com o então dominante esplendor da Ordem (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 237).

As Missões foram denominadas de “castelos-fortes”, onde os índios congregavam-se “apascentados como ovelhas pelos seus pastores eclesiásticos, que, em troca de favores espirituais dos padres, tinham de ceder-lhes todas as suas energias e o produto do seu trabalho”. Com a expulsão dos jesuítas, que representavam um desacato “a toda civilização, a todo o desenvolvimento humano”, ocorreu o retorno ao estado primitivo dos antepassados para alguns, enquanto “outros continuaram a vegetar numa meia civilização, em pequenas estâncias nas circunvizinhanças e lá ainda se acham, puros ou mestiçados” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 238).

Foram feitas descrições das ruínas dos povoados missioneiros e de estátuas vistas em São Lourenço: “tudo coisas simples, sem arte, e no entanto de tocante ingenuidade”. A falta de valor artístico da arte missioneira contrapunha-se às riquezas que os jesuítas possuíram nos povoados sendo “certamente intento dos padres manter afastados de qualquer contato com o exterior suas belas riquezas temporais, para não expô-las à inveja, ao desejo de conquista, a nenhuma influência externa” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 244-270). As Missões formaram um “Estado teocrático”:

Nenhum direito civil vigorava nesse singular estado teocrático; só o direito eclesiástico dos jesuítas tinha validade. Nenhum indivíduo tinha propriedade; tudo pertencia a todos, isto é, aos padres. Com manejos clandestinos buscavam os jesuítas aumentar seu poder. Procuravam empregar essencialmente sacerdotes estrangeiros, que não tinham respeito a Espanha e Portugal e não precisavam ter considerações com aquelas Coroas. Como um príncipe, o geral dos jesuítas expedia leis e fazia-se acatar formalmente pelas províncias (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 279).

O autor fez uma leitura do “Estado teocrático” implantado pelos jesuítas e pressupôs uma autonomia político-administrativa em relação ao contexto colonial espanhol que não existiu,

desconhecendo a estrutura interna da propriedade missioneira. O poder dos jesuítas, para Avé-Lallemant, estava relacionado à exploração da mão-de-obra guarani baseada na produção do mate, algodão e criação do gado para exportação; “assim crescia sempre sua importância, sua riqueza: aumentava sempre, também, sua arrogância”. Os jesuítas “proíbiam severamente quaisquer visitas de fora para não contagiarem os inocentes costumes de seus pupilos”. Os padres resistiram à ordem de desocupação dos Sete Povos, demonstrando desobediência e a confirmação do “Estado teocrático”: “Quando o poder temporal quis chamar os jesuítas à ordem, eles resistiram aos espanhóis e portugueses com força armada”. Esse foi o motivo de serem “desnaturalizados e expulsos de Portugal e suas possessões pelo Marquês de Pombal” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 280).

Avé-Lallemant referia-se a leituras de Antônio Montoya, José Feliciano Fernandes Pinheiro e passou alguns dias na companhia do vigário de São Borja, João Pedro Gay, que escreveu, em 1863, o primeiro livro centrado na análise das Missões no Rio Grande do Sul. Portanto, o médico e naturalista alemão demonstrou maiores leituras do que Nicolau Dreys para inserir a participação dos jesuítas e os fatores de sua expulsão. Optou por enquadrá-los na argumentação pombalina e expressou constante aversão à conquista espiritual junto aos guaranis, a qual teria servido como uma fachada para a exploração da mão-de-obra em proveito da Companhia de Jesus:

Com todos os meios que podem empregar a prudência, a astúcia e a cobiça e decerto também um consciencioso zelo católico, souberam eles conseguir um poder que ainda hoje surpreende a quem lê a história e percorre as ruínas daqueles castelos-fortes clericais. Ali se mantinha a mais prodigiosa coação eclesiástica sobre cem mil índios que, com as suas forças reunidas trabalhavam para a sua penitenciária cristã, sem poderem libertar-se de seus pastores. A igreja não era o meio de felicitar os homens, mas os homens é que eram o meio de felicitar a igreja e seus princípios. Assim, quando expulsaram os jesuítas, a farragem desmoronou-se. Os submissos habitantes das Missões não foram educados para a vida de nação livre e não podiam suportar a luz viva de um europeísmo geral (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 373).

O objetivo do autor foi o de destacar o trabalho dos colonos alemães, deixando claro que na região missioneira o progresso e a civilização estiveram vinculados aos jesuítas e seu projeto voltado à exploração e à ocupação indígena, que, aplicado à Província como

um todo, pode ser sintetizado no comentário de que, quando a América foi descoberta, “vagueavam pela Província os charruas, os guaranis e outras tribos indígenas que não merecem nome, porque não têm história, nem deixaram realização”. Ao observar as ruínas do povoado missioneiro de São Lourenço, ele sintetizou seu pensamento: “já nenhuma roda da história gira nestas remotas Missões e quase não há noção de tempo nestas desoladas paredes” (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 373 e 243).

Também engajado à divulgação da imagem da Província na Europa esteve o austríaco Joseph Hörmeyer. Chegou ao Rio Grande do Sul em 1851, na condição de capitão de infantaria “contratado pelo governo imperial para integrar as tropas luso-brasileiras na campanha contra Rosas” (REVERBEL, 1986: 9). Em 1854, publicou um livro sobre as potencialidades da Província para a colonização europeia<sup>3</sup>. O autor engajou-se à divulgação de propaganda do Brasil na Europa, montando um quadro positivo da emigração de agricultores através da caracterização das colônias fundadas no sul. O objetivo de Hörmeyer era o de apontar as possibilidades de povoamento da região dos vales dos rios Jacuí, Sinos, Caí e Taquari pelos colonos alemães, realizando um levantamento global das potencialidades da Província para viabilização do projeto civilizatório e esboçando uma breve passagem sobre a região missioneira.

O rio Uruguai oferecia todas as condições para “uma extensa colonização frutífera”, pois irrigava os “campos mais ricos do sul da América”. Conscientes disso, os jesuítas fundaram “as suas Missões em número de sete, levando os ijuís selvagens a construir aldeias e roças, a submeter-se ao cristianismo e, de brutos e vagantes trogloditas que eram, tornar-se pacatos cidadãos” (HÖRMEYER, 1986: 39). É ressaltado, portanto, o papel civilizador jesuítico que recaiu na transformação de “ijuís selvagens e trogloditas em pacatos cidadãos”.

Em relação às Missões,

tudo nelas mostra vestígios do trabalho abençoado e da perspicácia, tanto econômica como política, daqueles homens, reservando-se o autor a empreender uma viagem para lá a fim de poder dar, de vista própria, aliada ao estudo mais diligente de todas as fontes referenciais, ao público erudito, informações mais exatas e corretas a

---

<sup>3</sup> O título original do livro é *Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in südbrasilien mit besonderer rücksicht auf deren kolonisation*. Von Joseph Hörmeyer. Herausgegeben von Michael Kroeff, Selbst-Verlag der Herausgeber, Coblenz, Hildebrandt'sche Buchdruckerei, 1854.

respeito, que, segundo seu conhecimento, ainda faltam (HÖRMEYER, 1986: 39-40).

Portanto, Hörmeyer pretendeu fazer uma viagem até a região missioneira e publicar um trabalho, o que não se realizou, pois o interesse central estava voltado à expansão da colonização alemã. Categorias explicativas foram formuladas a partir desse interesse, como no caso dos “habitantes primitivos que se dividem entre índios bravos e índios mansos”. Os índios bravos seriam os bugres, caracterizados como covardes, cruéis, vagabundos, indolentes, avessos ao trabalho e agressores dos colonos; esses representavam a penetração da civilização numa área selvagem, mas, ressaltava Hörmeyer, “um homem decidido, provido de uma boa arma e alguns bons cachorros, pode, sem medo, estabelecer-se no meio da mata virgem”. Os índios em atividade, kaingangs, estavam barrando o progresso civilizatório, o que justificava o uso dos cães e da espingarda. As Missões Jesuítico-Guaranis não chegaram a ser abordadas com consistência, o que permitiria observar a relação selvageria-civilização no pensamento eurocêntrico de Joseph Hörmeyer.

As observações deixadas por esses cronistas estrangeiros – podem-se citar outros como Debret<sup>4</sup> e Conde D’Eu<sup>5</sup> – são

---

<sup>4</sup> O artista francês Jean-Baptiste Debret (1776-1848) esteve no Brasil entre o período joanino e a Independência, elaborando uma das mais completas obras pictóricas. O pintor visitou o Rio Grande do Sul, possivelmente, em 1816 e 1825 (BARRETO, 1973: 395-396), desenhando índios *selvagens* e reproduzindo cenas urbanas, como é o caso do porto do Rio Grande. Debret faz uma descrição dos índios guaranis: “Os jesuítas, que foram seus senhores antigamente, haviam feito deles seus vassallos e os empregavam como trabalhadores de todos ofícios na construção de igrejas e de suas fazendas, e na cultura de suas terras. É a essas circunstâncias que se deve o fato de se encontrarem ainda hoje, nos resíduos da raça, vestígios desses conhecimentos industriais” (DEBRET, 1940: 60).

<sup>5</sup> Luís Filipe Maria Fernando Gastão d’Orleans (1842-1922), o Conde D’Eu, nobre francês e esposo da Princesa Isabel, esteve no Rio Grande do Sul, em 1865, nos quadros da Guerra do Paraguai. O relato é um diário de suas observações na Província, que só seriam publicadas em 1919, interessando sua passagem por São Borja, quando descreve o que restou da igreja do antigo povoado missioneiro: “Que resta hoje das celebradas construções dos jesuítas? Um edifício muito sujo e baixo, feito de taipa, apoiado em colunas de madeira (...) Faz pena encontrar já ruínas nesta terra da América, que devia ser, e que é, estou bem certo, a terra do porvir; é triste pensar que neste canto da terra americana a civilização retrogrediu. Foi na verdade um passo para trás o desaparecimento quase completo desses 30.000 indígenas que viviam pacificamente e gozavam certa instrução, e a queda dos imponentes edifícios que suas mãos tinham levantado. É, porém, consolador reconhecer que, se a incúria dos delegados que para cá mandavam as Cortes de Madri e de Lisboa, e posteriormente as guerras, em que constantemente pelejaram até 1828 brasileiros e castelhanos, produziram tão tristes resultados, já há muito cessou este movimento

diferenciadas em termos de nacionalidade, filiação intelectual e até na dispersão temporal, mas apresentam aspectos relevantes que influenciaram futuros intelectuais. Na carência de fontes historiográficas, muitos autores recorrem a essas leituras como sendo conhecimento histórico. De fato, Dreys e Hörmeyer preocuparam-se em organizar metodologicamente as observações, mas não há, enquanto regra, referência a documentos que comprovem as afirmações. O eurocentrismo, expresso na contraposição entre selvageria e civilização, compromete leituras históricas e antropológicas das narrativas, as quais se processam no campo da pessoalidade e não de um estudo que delimite fatores explicativos conjunturais ou de longa duração, ou seja, a historicidade está restrita ao relato interpessoal, à fonte oral, à carga etnocêntrica que é inata a cada autor e que é atuante na reconstituição dos cenários vivenciados ou contados por terceiros, o que configura o caráter de crônicas a esse tipo de expressão intelectual. A importância de constarem em um estudo historiográfico, além de trazerem preciosas informações do cotidiano da população da Capitania ou Província, como em Avé Lallemand, está no fato de terem sido lidos como conhecimento histórico, sem o exercício de uma releitura dessas fontes, pela inexistência de um substrato histórico, baseada na comprovação documental e numa contextualização dos fatos dispersos e com forte cunho pessoal-emocional. O desconhecimento da conjuntura em que se insere a conquista espiritual, das relações complexas entre Igreja e Estado absolutistas ibéricos, da organização político-administrativa missioneira, inserida no sistema colonial espanhol, das frentes de expansão luso-espanhola e de fixação das fronteiras. A ausência desses conhecimentos, pelos próprios limites da produção historiográfica, conduz a comentários deformados do sistema político, econômico, do caráter do trabalho e da propriedade, do lugar do jesuíta e do indígena dentro das Reduções nas relações de poder. O contexto europeu e platino mais amplo, que dá sentido ao processo missionário, fica limitado a comentários superficiais entre simpatia aos jesuítas e posturas antijesuíticas *a priori*, como em Avé-Lallemand. A selvageria dos índios guaranis e o papel civilizatório

---

retrógrado. Desde que terminaram as guerras, sobretudo desde que é livre o curso do Uruguai, foram sendo as Missões povoadas de novo por brasileiros, argentinos e europeus, que vêm, uns para estabelecer estâncias, e ocupar-se na criação de gado, outros para negociar introduzindo as mercadorias européias, e que viviam nesses sítios com abundância certamente desconhecida aos indígenas, que os jesuítas traziam arregimentados” (D’EU, 1981: 115-116).

dos jesuítas, cuja ação é controvertida, polarizando entre a escravidão dos índios e a cristianização sem interesses materiais, é um tema perseguido não apenas por esses cronistas mas amplamente difundido na historiografia rio-grandense.

## REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Rio-Grandense*. Brasília: Ministério da Educação, vol. 1, 1973.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, v. 1.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve e Comp., 1839.

EU, Luís Felipe Maria Fernando Gastão d'Orleans, Conde d'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FLORES, Moacyr (introdução). In: DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. 4.ed. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MEYER, Augusto. Introdução e notas. In: DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

REVERBEL, Carlos. Apresentação. In: HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: D.C. Luzzato. EDUNI-SUL, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-21)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

